

Apresentação de Estudo Telemedicina – Onde estamos e para onde vamos

Telemedicina está no caminho certo mas precisa de avançar para a generalização de experiências

Lisboa, 12 de Dezembro de 2007 – O retrato dos últimos dez anos de Telemedicina em Portugal revela que foram dados passos significativos a nível da utilização das TIC no apoio à prestação e acesso aos cuidados de saúde, mas que a aplicação prática continua limitada a “ilhas”, faltando a necessária disseminação estratégica e a integração entre os diferentes projectos. A análise resulta de um estudo apresentado ontem pela APDSI – Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação, que retoma o tema que tem sido central nas actividades da associação.

O grupo de estudo de Saúde da APDSI tinha dinamizado ainda no final de 2006 uma conferência sobre Telemedicina, na sequência da qual surge o estudo hoje apresentado. “A Telemedicina tem para a APDSI um interesse especial. É uma área de sinergia com influência da área de Saúde e das Tecnologias da Informação Comunicação, que cria a infra-estrutura”, afirmou José Dias Coelho, presidente da APDSI, sublinhando o trabalho positivo feito por este grupo de estudo, liderado por três membros da associação, para traçar o retrato da utilização da Telemedicina em Portugal.

Maria Helena Monteiro, uma das responsáveis pelo estudo, defende que o trabalho realizado mostra que existem muitos casos bem sucedidos de projectos de Telemedicina em Portugal. “Temos um retrato de uma ponta do icebergue da utilização da Telemedicina em Portugal, mas há ainda muitas histórias por contar”, sublinha.

Lembrando que este é um ecossistema complexo, que envolve as Academias, os fornecedores de serviços e os prestadores de cuidados de saúde, Maria Helena Monteiro afirma que foi um desafio realizar este estudo, embora fique sempre alguma tristeza porque as ambições eram mais amplas.

Dez anos de experiências positivas

O alinhamento dos últimos dez anos de Telemedicina em Portugal coube a Sara Carrasqueiro, que começou por explicar a diferença entre Telemedicina e e-Saúde, um conceito mais abrangente e que integra a teleconsulta e telediagnóstico mas também o acesso a informação clínica e administrativa. Lembrando que os primeiros serviços de Telemedicina surgem em Portugal em 1995, Sara Carrasqueiro sublinha que

“claramente a Telemedicina e a e-Saúde estão a ganhar importância no sector da Saúde”, dinamizadas pela pressão do aumento da eficiência, alargamento a um maior número de utentes e integração da cadeia de prestação de cuidados de saúde.

Sara Carrasqueiro admite que o cenário actualmente é muito mais positivo do que em 2002. “Nos últimos cinco anos assistimos à consolidação de projectos de sucesso, a um reforço das capacidades e alargamento a nível regional”, explica, apontando também experiências do Projecto Interreg no Algarve, dos Hospitais e Centros de Saúde no Alentejo e o projecto de cardiologia pediátrica no Hospital de Coimbra.

“Todos os que trabalhamos neste meio sentimos alguma frustração porque pensamos que andamos devagar, mas em 10 anos muito foi feito, muito se evoluiu”, adianta Sara Carrasqueiro. Embora admita que Portugal podia ter evoluído mais nesta área garante que “estamos no caminho certo e estamos a fazer a mudança”.

“Agora é necessário replicar boas práticas, normalizar, para ser adoptado de forma mais alargada”, acrescenta esta responsável pelo estudo, afirmando que falta ainda o reforço de componentes de regulação e normalização, definição de políticas estratégicas, uma maior cultura de avaliação e incentivo à formação dos profissionais.

António Vasconcelos da Cunha, igualmente um dos responsáveis pelo estudo e membro fundador também da ADT – Associação para o Desenvolvimento da Telemedicina, debruçou a sua análise sobre um despacho publicado no início deste ano pelo Ministério da Saúde, o Despacho nº 6538/2007, que cria um grupo de trabalho para o desenvolvimento da Telemedicina no Serviço Nacional de Saúde, considerado uma “referência obrigatória relativamente ao qual qualquer perspectiva de futuro tem de ser balizada”.

Referindo que neste documento transparece a vontade de reestruturar e regulamentar esta área, António Vasconcelos da Cunha lembra que a concretização destes planos deve passar pela resposta às necessidades expressas pelos profissionais que trabalham neste sector. No entanto, alerta para o facto de ficarem em aberto duas questões importantes: uma de tempo e outra de forma. Para além de não se referir em nenhum ponto do despacho quanto vai demorar o projecto, “a regulamentação pode ser mais restritiva ou mais ampla. Consideramos esta última mais favorável ao florescimento da criatividade para desenvolver soluções úteis e concorrenciais”, acrescenta.

Apesar de admitir que o impacto deste despacho irá depender do estado de espírito com que for implementado, António Vasconcelos da Cunha sublinha que “há razões para pensar que estamos no rumo certo”. “A possibilidade de não haver efeitos práticos é uma realidade em que ninguém quer acreditar”, comenta este responsável pelo estudo.



Em jeito de balanço Maria Helena Monteiro acrescenta ainda que falta dar o próximo passo de generalização da Telemedicina, que será mais ou menos célere conforme as orientações regulamentadoras do Governo e a adopção das soluções pelos prestadores de cuidados de saúde. A responsável alerta porém para a necessidade de se ter cuidado com os investimentos e evitar os desperdícios, lembrando que não deve haver medo de avaliar os projectos.

O estudo está disponível para consulta no sítio da APDSI (www.apdsi.pt) e inclui textos de 22 personalidades convidadas a dar o seu contributo sobre o tema.

Sobre a APDSI

Criada em 2001, a APDSI tem por objectivo a promoção e o desenvolvimento da Sociedade da Informação e Conhecimento em Portugal, reunindo com este interesse comum indivíduos e empresas. Na linha destes propósitos a Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação tem vindo a desenvolver diversas actividades, onde se destacam uma série de estudos realizados por grupos de trabalho multidisciplinares sobre os vários temas da actualidade na Sociedade da Informação, nomeadamente Administração Pública, Aprendizagem, Justiça, Saúde, Educação, Comércio e Negócio Electrónicos. Em todos estes trabalhos a APDSI procura identificar as tendências de evolução e também as interacções entre as tecnologias e outras dimensões sociais e económicas, contribuindo com uma visão mais aberta para a discussão e eficaz implementação destes conceitos na Sociedade Portuguesa.

Para mais informações contacte:

APDSI

Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação

Madan Parque – PCTAS, Edifício VI
Campus da Caparica, Monte de Caparica
2829-516 Caparica - Portugal
Tel.: +351 212 949 606
Fax: +351 212 949 607
E-mail: secretariado@apdsi.pt
URL: <http://www.apdsi.pt>